

## EGR traz esclarecimentos sobre seu Programa de Proteção e Monitoramento da Fauna

O Programa de Proteção e Monitoramento da Fauna faz parte do Plano Básico de Gestão Ambiental (PBA), o qual atende à Licença de Operação (LO), emitida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (Fepam) e que autoriza o funcionamento das rodovias e praças de pedágio administradas pela Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR). Neste documento estão contidos os cronogramas e as metodologias para a execução de todas as atividades que visam a prevenir e mitigar impactos negativos ao meio ambiente devido à presença das rodovias. De acordo com o engenheiro ambiental da EGR Rafael Schmitz, “é importante destacar que o licenciamento na fase de operação e a execução estruturada de programas ambientais no formato atual são inéditos no Rio Grande do Sul”.

As atividades do programa voltado à proteção e prevenção de acidentes envolvendo animais silvestres teve início em março de 2019. Seu cronograma é estruturado em três fases: diagnóstico e planejamento, implantação de medidas mitigadoras e monitoramento da efetividade das ações executadas.

A primeira etapa, com duração de 18 meses, que será concluída em outubro deste ano, envolve um aprofundado estudo, em que profissionais especialistas em fauna percorrem periodicamente os mais de 900 quilômetros da malha viária administrada pela EGR e consultam diversas bases de dados disponíveis, gerando um plano estratégico para reduzir os atropelamentos. Durante os levantamentos, são avaliadas as características de cada via e de seu entorno, as estruturas existentes que podem ser adequadas à passagem segura dos bichos, como pontes e bueiros, o tipo e a quantidade de



*Registro de animal atropelado na ERS-128*

*Instalação de armadilhas fotográficas próximo à ERS-122 para avaliação de uso pela fauna*

animais atropelados e os trechos de maior ocorrência de acidentes por colisão com fauna. Um aplicativo de celular foi desenvolvido para auxiliar os registros também pelas equipes responsáveis pela remoção das carcaças nas rodovias, trazendo maior precisão às informações apuradas.

A implantação das medidas propostas nesta primeira fase começa assim que concluídos os estudos, seguindo o planejamento que prioriza os pontos de risco mais críticos, não só à conservação da biodiversidade como também à segurança dos usuários das rodovias. “As ações que puderem ser realizadas em contratos vigentes serão colocadas em andamento imediatamente e, caso seja necessário, daremos início aos processos de licitações àquelas que exigirem novas instalações ou outros serviços específicos”, explica Schmitz. O engenheiro ambiental salienta que o monitoramento da efetividade na redução do problema ocorrerá para-

lelamente às providências adotadas: “Como é tudo muito novo, vamos acompanhar passo a passo para fazer ajustes no percurso das ações se observarmos a necessidade”.

O resultado do pioneirismo do trabalho que vem sendo realizado pela EGR na área ambiental permitirá a testagem de uma metodologia científica inovadora no cuidado com a fauna e o conhecimento de taxas reais de atropelamentos de animais. Schmitz destaca que “o que está em construção será referência para a regulamentação de todas as estradas estaduais e poderá ser útil para outros lugares no Brasil”.

É importante destacar que o papel dos usuários das rodovias é sempre fundamental, acompanhando as medidas adotadas, sendo atento a placas de sinalização, respeitando limites de velocidade e acionando a EGR pelo telefone 0800 648 3903 ao presenciar o atropelamento de animais.

## EGR conclui cadastro de sinalização ambiental

A EGR concluiu em junho o levantamento de toda a sinalização de cunho ambiental nos mais de 900 quilômetros de rodovias e 14 praças de pedágio sob administração da empresa. O trabalho é parte da execução do PBA, executado pela equipe contratada da STE - Serviços Técnicos de Engenharia S.A, e tem como objetivo prevenir impactos negativos ao meio ambiente em toda a malha viária.

As sinalizações ambientais têm caráter informativo e educativo. Oferecem esclarecimentos e alertas aos usuários das vias quanto à conservação do meio ambiente e indicam locais de interesse e pontos críticos à possibilidade de acidentes que possam afetá-lo. Assim, apontam áreas ambientalmente sensíveis, tais como Unidades de Conservação (UCs), Áreas de Preservação Permanente (APPs), patrimônios culturais (sítios arqueológicos e paleontológicos, por exemplo), reservatórios de geração de energia hidrelétrica e de irrigação, pontos de captação de água para o abastecimento humano, ma-

nanciais e regiões com a presença de comunidades tradicionais. Sinalizam riscos relacionados à poluição, a atropelamentos em territórios com maior presença de fauna silvestre, a ocorrências com cargas de produtos químicos e perigosos que podem causar contaminação e em zonas de instabilidade de encostas e taludes.

Além da avaliação feita nos projetos de sinalização da malha viária da EGR já existentes, foram realizados registros de todos os pontos sinalizados por filmagem e gerados painéis para a análise dos dados por rodovia. Com o exame do material, será possível verificar as condições das placas disponíveis, se as mesmas atendem à demanda pre-

vista e se requerem manutenção ou melhor visibilidade.

Segundo o engenheiro ambiental da EGR Rafael Schmitz, “é importante destacar que as rodovias foram construídas em épocas anteriores à existência de legislação ambiental, por isso o próximo passo é a elaboração dos projetos de sinalização ambiental adequados a cada uma delas”. Ele acrescenta que “reunindo este levantamento ao mapeamento, também concluído, das áreas ambientalmente sensíveis e dos pontos críticos para a ocorrência de acidentes, serão identificados outros locais com necessidade de sinalização e proposto onde deverão ser implantadas novas placas”.



Placa de sinalização na ERS-135

## EGR alerta para os problemas causados pelo lixo às margens das rodovias

O descarte irregular de resíduos na faixa de domínio é um problema recorrente na malha viária. A situação acontece pela ação de terceiros principalmente em trechos próximos a áreas urbanas e a ocupações indevidas. São diversos os impactos provocados, interferindo no meio ambiente e na saúde e segurança dos usuários e moradores do entorno das rodovias.

Materiais e lixo deixados às margens das estradas podem causar acidentes de trânsito e o atropelamento de animais atraídos por restos de alimentos. Obstruem também a drenagem, acarretando erosões, prejudicando o sistema de escoamento da chuva e gerando acúmulo de água nas vias. Estes locais acabam se tornando um ambiente ideal para a proliferação de vetores de várias doenças e de larvas

do *Aedes aegypti*, o mosquito que transmite dengue, zika e chikungunya.

O monitoramento dos passivos ambientais decorrentes é realizado pela Gerência de Meio Ambiente da EGR, com o suporte da STE, contratada para a execução do PBA. As irregularidades são reportadas à Gerência de Engenharia para as devidas providências e remoção dos resíduos. A engenheira civil da EGR Camila Köhler explica que “quando é possível verificar a responsabilidade, as Prefeituras são notificadas para que orientem moradores quanto ao descarte dos resíduos”. Ela ressalta que o problema também gera custos adicionais à manutenção das rodovias, bem como com a retirada do material e posterior disposição adequada.

Caso usuários e moradores do entorno

observem resíduos depositados em alguma rodovia administrada pela EGR, podem informar à Gerência de Engenharia da empresa pelo telefone direto (51) 9 8600 7818, entre 8h e 17h, de segunda à sexta-feira, ou pelo e-mail [engenharia@egr.rs.gov.br](mailto:engenharia@egr.rs.gov.br).



Disposição irregular de resíduos de construção na faixa de domínio na ERS-239



## Usuários das rodovias e moradores lindeiros devem ficar atentos ao corte de vegetação na faixa de domínio

A segurança dos usuários das rodovias administradas pela EGR é um dos focos do Programa de Manejo de Vegetação na Faixa de Domínio.

O corte de vegetação faz parte do dia a dia da EGR, seja para melhorar a visibilidade na rodovia ou de um local às margens dela, liberar uma área para acesso a um terreno, abrir espaço para a instalação de painéis de publicidade ou para evitar acidentes pela possibilidade de queda de galhos e árvores. No entanto, para que as circunstâncias sejam devidamente analisadas e as medidas corretas adotadas, é necessário que comerciantes e moradores lindeiros e usuários entrem em contato com a empresa para qualquer interferência. Intervenções sem autorização em áreas de domínio das rodovias são passíveis de notificação e multa, de acordo com o Decreto nº 53.632/2017.

Além de implicações relacionadas à legislação ambiental, o corte de vege-

tação sem a condução devida traz problemas à segurança das rodovias. A gerente de Faixa de Domínio da EGR, arquiteta e urbanista Giovana Chielle Becker, explica que “os casos mais comuns de pedido de corte de vegetação são aqueles que têm como objetivo criar ou ‘aumentar’ o acesso de um terreno lindeiro à rodovia e podem oferecer grandes riscos, uma vez que a simples supressão de vegetação não garante que o acesso apresenta as condições mínimas de segurança para os usuários quanto à sua geometria, por exemplo, além de não estarem previstos outros aspectos importantes como drenagem, pavimentação e sinalização adequada”.

Para solicitar autorização de retirada de vegetação da faixa de domínio, o interessado deve seguir todas as orientações disponíveis no site da EGR, opção “Faixa de Domínio”, item 8, e enviar a documentação requerida para o e-mail [dominio@egr.rs.gov.br](mailto:dominio@egr.rs.gov.br), expli-

cando o motivo do corte, indicando a rodovia e o quilômetro e, preferencialmente, enviando foto do local para facilitar a identificação.

No caso dos usuários das rodovias da EGR que identificarem uma situação de risco de queda de árvore, o contato pode ser feito pelo telefone da Ouvidoria (0800 648 3903) para que as providências possam ser tomadas.



Falsa-seringueira em risco de queda na ERS- 122

## Série de animações da EGR sensibiliza para o problema do abandono de animais

A EGR lançou em setembro o primeiro episódio das animações “Uma Jornada TriAnimal - três histórias reais sobre amigos de verdade”. A iniciativa é parte de uma campanha para a proteção dos animais domésticos. Na estreia, é possível conhecer o gato Romeo. Além da história de sua vida e algumas peculiaridades sobre os felinos, o enredo traz informações importantes sobre a posse responsável de animais.

O engenheiro ambiental da EGR Rafael Schmitz comenta que um dos principais motivos para a criação da campanha foi o abandono de animais em rodovias e praças de pedágio. “Infelizmente, é uma situação com que lidamos, mas pensamos em abordar esse assunto delicado mostrando fatos e dados por meio da narrativa lúdica capaz de gerar conexão com adultos e crianças”, argumenta.

O abandono é considerado um dos maus-tratos a animais e um crime no Brasil pela Constituição Federal e pela Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98). A legislação prevê pena de detenção de três meses a um ano e multa para quem pratica atos contra animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. No caso de cães e gatos, no último dia 29 de setembro, houve um aumento na pena para o infrator: reclusão, de dois a cinco anos, multa e proibição da guarda.

As denúncias de abandono e maus-tratos devem ser feitas pelos telefones da Polícia Militar (190), Disque-Denúncia (181) ou ainda pela Linha Verde (0800 61 8080) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

“Mais do que falar de punição, queremos sensibilizar e, como ressalta a campanha, trabalhar juntos para evitar que os grandes amigos dos seres humanos sofram com fugas, acidentes e abandonos”, conclui Schmitz.



# EGR controla a geração de resíduos das praças de pedágio e dos serviços de manutenção e conservação

“Podemos dizer que nossas atividades estão adequadas e monitoradas para atender ao que a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as LOs exigem da coleta à destinação dos resíduos e, em relação aos sistemas de tratamento de efluentes, estamos em fase final das adequações em apenas uma das praças de pedágio”, ressalta o engenheiro ambiental da EGR Rafael Schmitz.

No último ano, a EGR fez um extenso trabalho de regularização na gestão dos resíduos sólidos e efluentes líquidos (sanitários) gerados nas praças de pedágio e nas atividades de manutenção e conservação das rodovias administradas pela empresa.

O início das adequações se deu com o levantamento das deficiências estruturais e nos processos internos da EGR, visando as devidas correções e melhorias. Uma medida prioritária foi a elaboração do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos (PGRSEL) por todas as empresas prestadoras de serviços de manutenção e conservação de rodovias. Também foram instalados e substituídos coletores identificados nas praças de pedágio, para a segregação dos resíduos por tipo, e baias com tampas, para acondicioná-los de maneira correta até a destinação final pelas prefeituras ou empresas autorizadas.

Ainda foram avaliados os sistemas de tratamento de efluentes das praças de

pedágio. Conforme determina as LOs emitidas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (Fepam), os efluentes líquidos devem ser tratados antes do descarte, evitando contaminações. A cada dois anos no máximo, é realizada a limpeza das fossas sépticas por empresas licenciadas, que atestam a conformidade do transporte do lodo coletado por meio de um documento chamado Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR). Já o Certificado de Destinação Final (CDF) comprova o tratamento do material.

Todos os trabalhos são supervisionados e gerenciados pela empresa contratada para a execução do PBA, a STE, que também monitora, padroniza e reporta os indicadores qualitativos e quantitativos do PGRSEL e dos demais programas. “Caso haja descumprimento ou inadequação ao sistema de gestão, são emitidas não conformidades que podem gerar sanções administrativas, mas evoluímos bastante desde o início, e a correção de desvios é mais rápida”, comenta Schmitz.

O engenheiro ambiental da EGR acrescenta que uma medida fundamental para o sucesso de todo o processo tem sido o treinamento das equipes para compreender seu papel na gestão de resíduos. “A educação ambiental é permanente para manter nossa estrutura funcionando satisfatoriamente, da geração, passando pelo descarte, até a destinação correta dos resíduos. Na

outra ponta, a ação dos municípios é fundamental para que o ciclo como um todo seja positivo para a sociedade”.

A fase atual de execução do PGRSEL é de análise dos resultados com o objetivo de estabelecer metas para potencializar a reutilização e a reciclagem dos materiais gerados, evitando desperdícios e permitindo ganhos ambientais e econômicos.

## Expediente



**Realização:** Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR)

**Execução:** STE - Serviços Técnicos de Engenharia S.A.

**Conselho Editorial:** Adriano Panazzolo, Carlos Türck, Josiane Gomes, Maicon Rizzon e Rafael Schmitz (EGR)

**Jornalista Responsável:** Patrícia Gorgulho Rezende (8.874 DRT/RS)

**Fotografias:** Divulgação STE S.A.

**Projeto Gráfico:** Brunno Oliveira e Greici Lima



Verificação da disposição de resíduos na praça de pedágio de Santo Antônio da Patrulha



## Fale Conosco

☎ 0800 648 3903

fb.com/EGR.RS

twitter.com/egr\_rs

www.egr.rs.gov.br

📍 Av. Borges de Medeiros, 261  
3º andar - Edifício União  
Porto Alegre/RS

EGR  
Empresa Gaúcha  
de Rodovias

GOV  
RS

NOVAS FAÇANHAS

NA LOGÍSTICA  
E TRANSPORTES